

A INSEGURANÇA PÚBLICA COMO REFLEXO DA DESPOLITIZAÇÃO

PUBLIC INSECURITY AS A REFLECTION OF DESPOLITIZATION

RODRIGUES, Elaine da Silva¹
COSTA, Leon Denis da,²

RESUMO

O presente estudo posiciona-se no universo da Ciência Política e propõe reflexões que situam os problemas e desafios da Segurança Pública em um espaço específico: o domínio público. A investigação assumiu metodologicamente uma natureza teórica e para viabilidade das análises conceituais foram selecionados trabalhos de autores como Brzezinski e Santos (2015), Demo (2002) e Balesteri (2010). As principais categorias de análise empregadas foram política e despolitização. O problema norteador foi como a apatia política presente na sociedade contemporânea dificulta a possibilidade de encontrar soluções para os desafios da Segurança Pública. O objetivo geral é analisar a Segurança Pública como componente fundamental da vida política brasileira. Como

1 Aluna do Curso de Pós Graduação em Gestão de Segurança Pública, Turma Q Goiânia, do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás-CAPM, elaine-rodriguesilva@hotmail.com;

2 Professor orientador: Mestre Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás-CAPM, leondenis1978@gmail.com, Goiânia-GO, Janeiro de 2018.

resultado das discussões foi possível perceber que a política sofre com a descrença social e com a ignorância sobre seu conteúdo e alcance. Visões preconceituosas que não conseguem distinguir politicagem de política provocam um desencanto e um consequente distanciamento com ela. O resultado desse processo no universo da Segurança Pública é a presença de cidadãos tentando dar respostas individuais para problemas que são de natureza social. O estudo pretende contribuir com o debate sobre a necessidade de formular políticas públicas que estimulem ações participativas e que diminuam a distância entre a comunidade e os agentes governamentais na busca de soluções coletivas para questões igualmente sociais no campo da Segurança Pública.

Palavras Chaves: Despolitização, Segurança Pública e Política.

ABSTRACT

The present study positions itself in the universe of Political Science and proposes reflections that situate the problems and challenges of Public Security in a specific space: the public domain. The research methodologically assumed a theoretical nature and for feasibility of the conceptual analyzes were selected works of authors such as Brzezinski and Santos (2015), Demo (2002) and Balesteri (2010). The main categories of analysis employed were politics and depoliticization. The guiding problem was how the political apathy present in contemporary society hinders the possibility of finding solutions to the challenges of Public Security. The general objective is to analyze Public Security as a fundamental component of Brazilian political life. As a result of the discussions it was possible to perceive that politics suffers from social disbelief and ignorance about its content and scope. Biased visions that fail to distinguish political politics from politics lead to disenchantment and a consequent estrangement from

politics. The result of this process in the universe of Public Security is the presence of citizens trying to give individual answers to problems that are social in nature. The study aims to contribute to the debate about the need to formulate public policies that stimulate participatory actions and that reduce the distance between the community and government agents in the search for collective solutions to equally social issues in the field of Public Security.

Key Words: Public Security. Politics and Depoliticization.

1 INTRODUÇÃO

O tema do presente trabalho é o estudo sobre a Segurança Pública como um desafio político. O problema que orientou a produção do texto foi: como o processo de despolitização em curso na democracia brasileira dificulta a identificação de alternativas e soluções para os desafios da Segurança Pública.

Poucos temas têm ganhado tanta relevância na sociedade brasileira contemporânea como a questão da Segurança Pública. Os debates sobre a sua ausência, os responsáveis por sua oferta, as alternativas e enfrentamentos necessários invadem espaços variados e despertam opiniões apaixonadas. Com base no senso comum as avaliações e diagnósticos são tão plurais quanto o número de debatedores. As abordagens também são promovidas no plano acadêmico destacando trabalhos como

Segurança Pública no Brasil: um campo de desafios, de Costa e Balestreri (2010), *Cidadania Insurgente: Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil*, de Holston (2013) e *Entre Palavras e Números: Violência, democracia e Segurança Pública no Brasil* de Lima (2011). A particularidade do presente trabalho encontra-se na reflexão sobre o empobrecimento político, conceito trabalhado por Pedro Demo (2002), e sua influência sobre a Segurança Pública.

Os objetivos específicos foram: compreender o alcance e o sentido da Segurança Pública e da política como categorias conceituais; analisar os fatores que influenciam ou provocam a despolitização ou exclusão da vida política; identificar como o empobrecimento político provoca dificuldades para encontrar respostas na solução dos desafios da Segurança Pública.

A realização deste estudo foi motivada pelo interesse em conhecer os aspectos políticos que acompanham os diferentes problemas presentes no campo da Segurança Pública. A proposta encontra relevância social na medida em que pretende contribuir com o debate sobre as causas e as possíveis alternativas para seus problemas e desafios. De forma específica adquire relevo no espaço da Polícia Militar do Estado de Goiás, importante instituição na luta pela Segurança Pública.

O método de pesquisa empregado foi o materialismo histórico dialético, que exige como procedimento a necessária contextualização do tema escolhido, e a identificação das possíveis conexões e interações entre as diferentes dimensões e

aspectos que formam a realidade social. Do ponto de vista da forma, a pesquisa assume uma natureza bibliográfica, elaborada com base em referenciais como livros, artigos e periódicos impressos e eletrônicos.

Santos (2010, p. 20) define método como um esforço para atingir um fim, uma investigação, um estudo, um caminho pelo qual se chega a um determinado resultado, um programa que regula antecipadamente uma sequência de operações a executar, assinalando certos erros a evitar. Método indica, portanto, entrada, via de acesso e simultaneamente, rumo, discernimento de direção. O autor explica que “*methodo* significa uma investigação que segue um modo ou uma maneira planejada e determinada para conhecer alguma coisa; procedimento racional para o conhecimento” (SANTOS, 2010, p. 20). O uso do materialismo dialético exige: a) objetividade da análise: O objeto deve ser estudado em seus vários aspectos e conexões; b) análise dos elementos e processos com suas conexões e qualidades; c) busca das causas e dos motivos dos fenômenos; d) análise historicamente concreta dos fenômenos e processos sociais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A SEGURANÇA COMO FUNDAMENTO DA POLÍTICA

Historicamente muitos foram os fatores que motivaram ou impulsionaram as pessoas na direção de uma vida social. Psicólogos, sociólogos, juristas e outros investigadores se esforçam na compreensão das razões que levam os sujeitos à filiação e à vida em sociedade. A fragilidade física que define a fase inicial da espécie humana é certamente um desses fatores, na medida em que as crianças precisam da proteção e acolhimento de adultos para sua sobrevivência. Estudos de psicologia comportamental indicam a sexualidade, a procura por alimento, e o medo como fatores que favorecem a busca pelo convívio com os outros ³.

No conjunto dos fatores que influenciam nesse processo é possível apontar a necessidade por segurança. Seja na defesa pessoal, da família, do clã, ou da tribo os grupos foram se reunindo e ampliando seu poder de reação às eventuais ameaças. O surgimento de aldeias, vilarejos e cidades foi também decorrente da necessidade de segurança. Assim foram criados espaços coletivos onde se vive e convive. Nesse espaço de vida social é que se encontra a construção da vida política. Para melhor compreensão o conceito de política recorreu-se ao trabalho de BRZEZINSKI e SANTOS (2015, p.

3 Como apresentado na base da pirâmide de Abraham Maslow (1908-1970) as necessidades primordiais são: 1) Fisiológicas, incluem fome, sede, abrigo, sexo e outras necessidades corporais; 2) Segurança inclui segurança e proteção contra danos físicos e emocionais; 3) Sociais, incluem afeição, aceitação, amizade e sensação de pertencer a um grupo (FERREIRA; DEMUTTI; GIMENEZ, 2010, p. 4).

22). Segundo os autores a palavra política deriva do termo pólis que na Grécia antiga indicava a cidade, ou o ambiente público.

Derivado do adjetivo de *pólis* (*politikós*), significando tudo aquilo que se refere à cidade, e portanto ao cidadão, civil, público e também sociável e social, o termo “política” foi transmitido por influência da grande obra de Aristóteles, intitulada *Política*, que deve ser considerada o primeiro tratado sobre a natureza, as funções, as divisões do Estado, e sobre as várias formas de governo, predominantemente no significado de arte ou ciência do governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções mercantes descritivas ou também prescritivas (mas os dois aspectos são de difícil distinção), sobre as coisas da cidade. [...] Durante séculos, o termo “política” foi empregado predominantemente para indicar obras dedicadas ao estudo daquela esfera de atividade humana que de algum modo faz referência às coisas do Estado. (BRZEZINSKI; SANTOS, 2015, p. 22).

Para os autores existe uma considerável diversidade de visões e concepções sobre o conceito de política. Essa pluralidade é resultado do expressivo interesse pelo assunto existente em diferentes campos de investigação e pela quantidade de pesquisadores dedicados ao seu estudo. A Política é apresentada como uma arte, como uma ciência e como o estudo do poder.

Em síntese é possível afirmar que política é a busca pela realização coletiva ou do bem de todos, é abstenção dos interesses individuais e particulares. Postura política é, portanto, a prática da cidadania, ou seja, a participação nas decisões de caráter coletivo. Entre as questões coletivas que mais exigem preocupação e empenho

dos membros da comunidade política está a Segurança Pública. A sua ausência é um problema que envolve todos e que precisa ser pensado e enfrentado politicamente.

Dessa forma pode-se dizer que a Segurança Pública é um fundamento, e ao mesmo tempo um desafio de natureza política. Um fundamento na medida em que ela é uma pré-condição para a vida social, e um desafio, pois sua garantia ou preservação passa pela reflexão e mobilização coletiva.

Existem diferentes interpretações em relação ao conceito de Segurança Pública no Brasil. Alguns autores defendem que não existe abertura para participação cidadã, outros discordam, afirmando que após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), a população de forma progressiva vem exercendo seu papel e contribuindo para sua manutenção. Todos os autores consultados afirmam com base na CF/88, que a Segurança Pública é a defesa da paz e dos direitos coletivos e individuais do povo brasileiro.

A Constituição de 1988, de forma emblemática, abandona a expressão “segurança nacional” e passa a tratar da “segurança pública”, numa mudança não só terminológica, mas indicativa da premência de uma teoria da atividade policial, com a qual o monopólio do uso legítimo da violência, que caracteriza o Estado Moderno, estivesse nas mãos de organizações que não provocassem medo na população e sim fossem vistas como instrumentos de garantia de direitos e de paz. (LIMA, 2011, p. 29).

Sobre a segurança pública Theodomiro Dias Neto (2011) afirma que “a Constituição de 1988 acabou reproduzindo a redução de Políticas de Segurança ao espaço da política criminal notadamente marcada pela intervenção penal”. (DIAS NETO *apud* LIMA, p.29). E principalmente, com participação exclusiva do judiciário e das policias, deixando de fora a população. As expectativas de uma participação democrática a Segurança Pública não é colocada em prática.

Num processo de reificação e supremacia de um ponto de vista criminalizador na interpretação dos conflitos sociais, concentrador da segurança pública no universo jurídico e policial, e deslegitimador da participação social e da contribuição de outros profissionais que não os do campo jurídico (LIMA, 2011, p.29).

Por este motivo é de fundamental importância à compreensão do que é política e como ela interfere diretamente na Segurança Pública, além de compreender como a atuação do cidadão na Política, também reflete na organização da Segurança Pública.

A Constituição Federativa do Brasil de 1988 define a Segurança Pública em seu Art. 144 como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Sobre o Estado Brzezinski e Santos (2015, p. 37) ensinam que ele é a expressão da capacidade de organização política de uma sociedade. É a nação politicamente organizada. Com o

surgimento do Estado ele gradativamente assumiu a responsabilidade pela oferta e garantia da Segurança Pública, no entanto isso não significa que os compromissos do cidadão com sua preservação tenham sido anulados.

O conceito moderno de Estado surge na história após a Idade Média, com o aparecimento dos primeiros estados absolutistas nascidos na Europa. Tal formulação foi constituída de fato na Itália, em sua gênese o termo denominado era *Stato*, depois se espalhou para Inglaterra, França e Alemanha. Segundo a definição de Max Weber (1968) o Estado é o agrupamento humano e político, que sobre certo território exerce o monopólio da violência legítima (direcionada a determinados indivíduos quando necessária). Qualquer estrutura de poder que deseja ser duradoura – e este é o propósito do Estado – precisa ser legitimada.

A legitimação está associada ao consentimento daqueles subordinados ao poder. Quando os submetidos entendem os comandos dos governantes como corretos, aceitos como adequados ou devidos, pode-se afirmar que esse poder é amparado na autoridade e por isso é legítimo. A violência desprovida de autoridade não assegura a durabilidade dos agentes do poder. Poder sem ser acompanhado de autoridade é temporário. O exercício contínuo do poder requer autoridade, ou seja, precisa ser legitimado, aceito pelo povo.

Partindo deste tema pode-se abordar a posição do Estado como aparelho burocrático que detém o monopólio da violência legítima e é delegado pela sociedade a fazer uso desta violência. A legitimidade supõe a crença por parte da sociedade nesta legitimidade (WEBER, 2004). Nesta perspectiva, as instituições que compõem o sistema de segurança pública teriam a função de assegurar que a coerção com legitimidade seja cumprida. Do ponto de vista das garantias civis e sociais, o Estado deve preservar o direito dos indivíduos no seu caráter de cidadãos, velando pelo cumprimento dos direitos humanos fundamentais, entre os quais o direito à vida, à igualdade, à segurança, à liberdade e o acesso à justiça (FONTOURA; RIVERO; RODRIGUES, 2006, p. 135).

Em nome da defesa do bem-estar e do interesse coletivo, argumentos típicos da legitimação, o Estado aparece na legislação brasileira em primeiro plano como responsável direto pela segurança pública, já que a Constituição impõe a ele o dever de assegurá-la. Mas logo em seguida, o legislador amplia as responsabilidades sobre o assunto ao declará-lo como direito e ao mesmo tempo um compromisso de todos. Ao Estado e à sociedade é atribuído o necessário engajamento na conquista e garantia da Segurança Pública.

No Regime Democrático as decisões políticas resultam da participação dos cidadãos. A origem desse sistema encontra-se na Grécia Antiga especificamente na cidade de Atenas. Todos aqueles considerados como cidadãos: homens, livres, filhos de pais atenienses eram habilitados para o envolvimento direto nos debates e decisões que ocorriam na Ágora (praça), o principal espaço público da cidade. Apesar das práticas excludentes em relação aos escravos, mulheres e estrangeiros, aqueles que desfrutavam

do conceito de cidadão gozavam do direito de envolvimento direto nas decisões políticas, inclusive no debate sobre a segurança.

Entre os gregos havia uma noção clara sobre a diferença entre o espaço privado, onde predominam os problemas e interesses pessoais ou domésticos e o espaço público, onde eram conduzidos debates sobre problemas e projetos coletivos. O amplo debate, a ampla oportunidade de participação era assegurada por meio da isegoria, liberdade de fala, e pela isonomia, ou senso de igualdade entre aqueles que se reuniam na praça. Dessa forma cada tema de natureza política ou coletiva poderia ser discutido até a exaustão e daí propostas de atuação ao governo eram encaminhadas. A participação proporcionava a consciência de responsabilidade compartilhada, de engajamento e empenho de todos pelo êxito das propostas, revisadas e rediscutidas na medida em que eram implementadas.

Por influência da revolução gloriosa (1688), do pensamento iluminista, da estruturação do estado norte-americano (1776-1787) e da revolução francesa (1789), forjou-se na era moderna a noção que fundamenta o regime democrático liberal contemporâneo. Diferente do modelo criado na antiguidade o sistema atual se dá por meio representativo, neste o cidadão escolhe aqueles que vão em seu nome atuar junto as decisões.

Por sua vez, democracia caracteriza-se pelo poder político exercido com fundamento na soberania da vontade do povo na organização estrutural e no

funcionamento organizado e harmônico do Estado. A vontade popular define as autoridades, as competências e as responsabilidades atribuídas ao Estado. A materialização das escolhas feitas pelo povo, quando à realização das funções do Estado, passa obrigatoriamente pelo controle do próprio povo. A inerência entre povo e o efetivo desempenho de seu livre arbítrio é dependente de estar em atividade permanente uma pluralidade de mecanismos participativos de identificação dos anseios populares. (JÚNIOR, 2011, p. 41-42).

A Segurança Pública é um direito e responsabilidade de todos, é por meio dela, que o cidadão encontra as condições de exercer sua participação junto ao Estado Moderno, mesmo em um sistema representativo. Ele pode e deve atuar de forma protagonista no debate e enfrentamento das questões e problemas de alcance social, inclusive a segurança pública.

Em ambientes democráticos com maior participação popular os problemas coletivos devem ser amplamente debatidos, e pela contribuição dos cidadãos envolvidos é possível que se identifique alternativas de como o Estado e a comunidade podem agir em prol de uma solução. O engajamento político dos sujeitos é uma fonte importante de propostas e sugestões que podem ser aproveitadas e transformadas em iniciativas, principalmente no campo da Segurança Pública.

A conciliação entre o exercício participativo da comunidade e a ação do poder Público pode ser vista como estratégia fundamental para o funcionamento do Estado democrático. O grau de envolvimento político dos sujeitos expressa o nível de

consciência cívica presente em uma sociedade. A sensibilidade de perceber os problemas não apenas individuais, mas igualmente os sociais, e a disposição para em conjunto resolvê-los, demonstra a aptidão política contida no seio de um povo. Isso fortalece inclusive o poder do Estado para as respostas necessárias. A fragilização da política representa um perigo para o Estado e suas instituições democráticas.

2.2 A Despolitização

O autor James Holston (2013, p. 20), afirma que os brasileiros não participam de fato da democracia, sendo, portanto excluídos do exercício da cidadania ativa, ele afirma em seu livro “[...] meu foco está na exclusão da maioria dos brasileiros da cidadania política que permaneceu em efeito de 1881 a 1985, ou seja, durante quase toda a história da República do Brasil”. Este passado de exclusão da cidadania e da política brasileira, fez com que intensificasse a falta de engajamento do povo brasileiro nas questões políticas de nosso país, gerando inúmeros problemas como o aumento da violência.

Exatamente quando a democracia se enraizou, novos tipos de violência, injustiça, corrupção e impunidade aumentaram dramaticamente. Essa

coincidência é o paradoxo perverso da democratização no Brasil. Como resultado, muitos brasileiros sentem-se menos seguros sob a democracia política que alcançaram, seus corpos mais ameaçados pela violência cotidiana do que pela repressão da ditadura. Além disso, ao mesmo tempo que uma geração de cidadãos insurgentes democratizou o espaço urbano, criando um acesso sem precedentes aos seus recursos, um clima de medo e incivilidade passou a permear os encontros públicos. Esses novos estranhamentos produzem o abandono do espaço público, a fortificação das residências, a criminalização dos pobres e o apoio a violência policial. Essas condições debilitam a democracia (HOLSTON, 2013, p. 349).

Existe uma ameaça cada dia maior aos direitos individuais e coletivos, gerando consequências críticas para a segurança pública. O objetivo geral é analisar a segurança pública como componente fundamental da vida política brasileira.

O autor Pedro Demo (2002) descreve a pobreza política como a falta de participação social na política, como forma de dominação e manutenção do poder nas mãos da elite, segundo ele, isto ocorre pelo fato da grande maioria ser afastada dos meios políticos pela falta de conhecimento. O autor traz em seu texto as contribuições de Foucault ao tema da pobreza política, segundo Demo (2002), “[...] Foucault percebeu a ligação intrínseca entre conhecimento e poder”. Para manter a hegemonia deste poder a população é afastada do conhecimento e como consequência dos meios políticos.

O traço mais forte da pobreza política é o efeito de poder, ou o efeito de imbecilização. Não se trata da ignorância que todo pedagogo ou antropólogo

sabe que não existe – porque todos temos algum patrimônio histórico e cultural, manejamos língua e saberes próprios —, mas da ignorância cultivada, reproduzida na e pelo sistema, mantida estrategicamente. A população não é imbecil, mas imbecilizada. O efeito mais específico de imbecilização aparece na estratégia das elites de repassar para o marginalizado que o sistema de poder é inatingível, inamovível, intocável. A ideologia faz de tudo para entranhar no podre que a elite desfruta privilégios por mérito e que, sendo mérito, não há razão para insurreição. Essa estratégia não significa plano adrede elaborado. Quer dizer que faz parte da dinâmica do sistema geri-lo de tal forma que a estrutura de desigualdades não seja tocada. Talvez a estratégia mais sibilina seja reproduzir políticas sociais residuais e compensatórias, “coisa de pobre para o pobre”, com o intuito principal de incluir na margem. (DEMO, 2002, p. 79).

É a partir da ignorância que o governante do nosso país mantém a população afastada das decisões políticas e garante o poder em suas mãos, de modo que em seus discursos ao longo da história pregam a educação como prioridade, mas mantém as escolas públicas como escolas de pobre.

A palavra política, na atualidade, além de seu significado formal e de seu sentido de dicionário, está unvida e batizada por amplo e disseminado repúdio coletivo. Além da consciência geral e disseminada, impregnada no clima de desarticulação política em que se vive, que se tem deste estado atual da consciência cívica, pesquisas empíricas têm demonstrado concretamente como esta ausência é significativa na realidade brasileira (BITTAR, 2007, p. 14).

A repulsa que se observa em relação à política no Brasil é consequência de longos anos de utilização inadequada do poder. Em nossa sociedade o passado político

demonstra que frequentemente se confundiram os interesses privados e os interesses públicos, além do monopólio e da vitaliciedade das elites econômicas no poder. Tudo isto contribuiu para manchar não somente a visão que a população possui do político, mas também o que está relacionado com o conceito geral da política, além de contaminar os meios em que ela se dá e onde ela se realiza.

Na avaliação de Bittar (2007, p.15) o descrédito da política provoca efeitos nefastos, entre os quais podem ser mencionados: a) a apatia da consciência política popular; b) a fragilização da participação política popular; c) a gradual abstinência das massas dos processos participativos; d) a descaracterização de modelo centrado na consciência coletiva e interativa para um modelo centrado na consciência individual e egoística; e) o esvaziamento dos movimentos de pressão da sociedade civil sobre o governo.

2.3 A Segurança Pública é um problema político

A sociedade globalizada sofreu uma profunda transformação, as distâncias diminuíram e todo o globo está conectado por uma rede de tecnologia, que se desenvolve a cada dia, possibilitando os indivíduos uma maior conexão. Deste modo o tempo e o espaço se diluíram. Tudo isto refletiu no meio político, o autor Zigmunt

Bauman (2003) diz que as relações contemporâneas são líquidas e estão em constante mudança. A política que se abriu para todos, tornou-se cada vez mais pública, por exemplo, a transmissão ao vivo na TV Câmara das votações do congresso, algo que era restrito a uma parcela da população, torna-se acessível para maioria. Entretanto esta grande quantidade de informações contribuirá para um processo de distanciamento social da política.

No entanto, o cidadão cada vez mais informado, conectado ao mundo pela internet pela mídia, tem-se mostrado alheio à política, nela se envolvendo muitas vezes obrigatoriamente quase somente quando chamado a votar. O descrédito para com a política tem aumentado, tornando o “cidadão do mundo” despolitizado. O homem comum enxerga na política o reino da malandragem. Vê no político um privilegiado, alguém que obtém um mandato, um cargo, para proveito próprio. Essa é, sem dúvida, uma visão equivocada, pois nem todo político assim se comporta. Contudo, essa concepção tem se ampliado, e, em alguns casos, grupos dirigentes parecem ter como estratégia bloquear o processo de conscientização e de democratização política, fazendo avançar o descrédito e diminuir o interesse e o envolvimento na política, além de despolitizar as relações sociais. Alguns analistas apontam nisso uma situação de crise das instituições políticas, o que resulta em um sério problema para ordem pública, para a democracia. (CAMPOS, 2005, p. 28)

No contexto atual da política brasileira, em que os meio de comunicação todos os dias escancaram uma rede de corrupção e crimes políticos, reafirmam o que o autor defende, que o cidadão tem se afastado cada vez mais do meio político. A política

deixa de ser vista como algo que defende os interesses públicos e se torna o campo da defesa dos interesses privados.

Além disto, os governantes impedem o desenvolvimento da conscientização e participação popular, reduzindo o envolvimento e o interesse na segurança pública. Segundo Campos (2005), “[...] Max Weber, em sua *Sociologia política* apresenta o tipo de domínio/autoridade “legal-burocrático” com esse formato – tem na lei, na norma, seu suporte de poder, e, na burocracia, sua forma de administração”. Nessa perspectiva o princípio da legalidade é usado como base legitimadora do poder do Estado.

O poder passa a ser exercido por um representante escolhido pelo povo, este é dotado de uma autoridade legítima burocrática, assim não é qualquer pessoa que pode desempenhar suas funções. O poder passa a ser institucionalizado e limitado no Estado Moderno, tornando o detentor da centralidade política, visível no uso exclusivo e legítimo da força física. Neste paradigma somente aquele que possui o poder da violência é responsável pela ordem pública, podendo em casos extremos utilizar da violência para a manutenção da paz social e o bem de todos. Porém em uma sociedade democrática além do Estado ser o detentor do monopólio da violência, ele deve criar mecanismo para que os cidadãos possam agir no que diz respeito à ordem pública e para que ocorra a ação conjunta tanto do Estado, como da população na manutenção da segurança pública.

Cidadania como requisito básico de igualdade humana e como direito de participação integral na comunidade. Para ele, cidadania envolve o conjunto de três direitos – civil, político e social: O *elemento civil* (...). O *elemento político* deve ser entendido como o direito do cidadão de participar, no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido de autoridade política ou como eleitor dos membros de tal organismo. O *elemento social* se refere a tudo o que engloba desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança até o direito de participar, por completo, da herança social e de levar a vida de um ser civilizado de acordo com parões que prevalecem na sociedade (MARSHALL, Apud, CAMPOS, 2005, p.91).

Os exemplos de politicagem, a desconfiança dos cidadãos com a política que inclui o descrédito com os governantes e a descrença com o próprio Estado provocam a contestação da legitimidade que estrutura a autoridade do Estado brasileiro na atualidade. Sem acreditar nas instituições, sem confiar na eficácia das políticas públicas, os cidadãos buscam resolver os problemas coletivos, inclusive as questões associadas com a falta de segurança, individualmente.

Aqueles que dispõem de recursos econômicos se cercam de mecanismos privados de proteção. Contratam empresas de monitoramento, moram em condomínios fechados, usam tecnologias em rede, compram armas, geram um mercado enorme de possibilidades que prometem ser eficientes na proteção contra a violência. Mesmo com todo aparato que o poder econômico pode proporcionar a promessa de segurança na prática não consegue ir além de uma mera promessa, as necessidades de convivência e de sociabilidade forçam a todos momentos de exposição aos eventuais atos de violência.

Problemas coletivos precisam ser coletivamente pensados, as soluções individuais não conseguem reverter situações estruturais que continuam afligindo toda a sociedade. O muro pode ser alto, o cão pode ser bravo, o carro pode ser blindado, mas uma hora o sujeito terá que caminhar, andar por espaços públicos, e nessa ocasião os desafios coletivos podem atingir desastrosamente mesmo os mais endinheirados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo geral do presente trabalho foi compreender o alcance e o sentido da Segurança Pública e da política como categorias conceituais integradas ou interdependentes. Para isto foi utilizado-se as ponderações de Lima (2011), que define a Segurança como um mecanismo para proteção do cidadão e da paz pública, garantido os direitos coletivos e individuais da população brasileira. Já para Júnior (2011), a Segurança Pública é o meio pelo qual o cidadão pode exercer seu direito democrático de participação, se tornando um ser ativo para solução dos conflitos que permeiam a sociedade, principalmente os que dizem respeito a Segurança Pública. Este autor defende que é por meio do debate e da participação de todos que os objetivos da Segurança Pública serão alcançados.

Para se compreender o conceito de Política e sua relevância para Segurança Pública as fontes Brzezinski e Santos (2015) foram de primordial importância. Para construir sua linha de pensamento, eles demonstram que existem vários autores e correntes, com diversificadas concepções sobre conceito de política. Atualmente existe um amplo debate seja nos ambientes públicos ou privados sobre este tema, o que leva ao aumento de pesquisadores, tendo como reflexo uma pluralidade de resultados nos diversos campos de investigação.

De forma mais genérica, a maior parcela de autores dedicados ao tema argumenta que a política é antes de tudo um campo do poder, mas se expande para além disso. A política também seria a luta pela realização coletiva ou do bem de todos, ou seja, a busca pela felicidade estrutural. Assim, ela também representa a renúncia dos objetivos, desejos individuais, subjetivos, pois estes estariam subsumidos dentro da consciência coletiva, privilegiada pela política em seu mais amplo significado.

Ser político é agir dentro da sociedade buscando decisões de caráter coletivo. Com base na sociedade grega, quando o cidadão de forma voluntária e patriótica se envolve nas questões sociais, e abre mão de seus anseios particulares para o bem coletivo ele se torna este ser político. A partir da análise destes autores chegou-se ao resultado de que: entre as questões coletivas de maior relevância e empenho dos membros da comunidade política está a Segurança Pública. A sua ausência é um problema que envolve todos e que precisa ser pensado e enfrentado politicamente.

Dessa forma pode-se dizer que a Segurança Pública é um fundamento, e ao mesmo tempo um desafio de natureza política. Um fundamento na medida em que ela é uma pré-condição para a vida social, e um desafio, pois sua garantia ou preservação passa pela reflexão e mobilização coletiva.

O objetivo específico deste trabalho é analisar os fatores que influenciam ou provocam a despolitização ou exclusão da vida política e identificar como o empobrecimento político provoca dificuldades para encontrar respostas na solução dos desafios da Segurança Pública. Assim utilizamos o autor Demo (2002), de modo enfático ele afirma que a despolitização é um processo histórico, influenciado principalmente pelas políticas governamentais, que afastam o cidadão dos debates políticos. Como meio de perpetuar a dominação e manutenção do poder sobre o julgo da elite. Segundo ele, isto ocorre porque a grande maioria é afastada dos meios políticos pela falta de conhecimento. Existe uma tênue ligação entre o conhecimento e poder, para manter a hegemonia deste poder a população é afastada do conhecimento e como consequência dos meios políticos.

É a partir da ignorância que o governante do nosso país mantém a população afastada das decisões políticas e garante o poder em suas mãos, de modo que em seus discursos ao longo da história pregam a educação como prioridade, mas mantém as escolas públicas como escolas de pobre. O resultado que se chega com a análise deste autor é que, a despolitização é uma característica cultural de nosso país, que ocorre

principalmente pela falta de conhecimento de nossa população, isto porque a elite que possui o poder político sobre seu domínio teme perder o monopólio deste poder. Assim para manter o povo fora dos debates políticos, controlam-se os meios que poderiam emancipá-los, a educação. É traves do conhecimento que o povo pode contribuir de forma ativa para o bem coletivo, por meio de debates, ideias e soluções para os problemas sociais, principalmente o da Segurança Pública.

O autor Bittar (2007), mostra que na atual fase do Brasil ocorre uma verdadeira aversão a política, que as pessoas mesmo podendo se omitem em relação à busca para o bem coletivo. Por mais que hoje se ampliaram os debates em relação à política, poucos são os que querem estar ligados a ela. A onda de corrupção e de jogo de interesses próprios fez com que o cidadão se desiludisse, ela passa a ser vista como meio de representação dos interesses pessoais e não dos interesses públicos como deveria. Torna-se um meio de conflitos e não o lugar para se solucionar os conflitos que permeiam toda a sociedade.

A política, os meios onde ela acontece, o seu conceito tudo isto foi manchado ao longo dos anos por aqueles que se utilizaram da política em realizações particulares. Este descrédito passa a ser uma ameaça para a democracia de nosso país, e principalmente se reflete na Segurança Pública, o descrédito da política provoca efeitos nefastos, entre os quais podem ser mencionados: a) a apatia da consciência política popular; b) a fragilização da participação política popular; c) a gradual abstinência das

massas dos processos participativos; d) a descaracterização de modelo centrado na consciência coletiva e interativa para um modelo centrado na consciência individual e egoística; e) o esvaziamento dos movimentos de pressão da sociedade civil sobre o governo.

Tudo isto que foi levantado pelo autor demonstra que os problemas da Segurança Pública são um reflexo da despolitização, quando o cidadão deixa de acreditar na política ele se torna um ser egoísta, que não se preocupa com o próximo e principalmente não acredita mais nas normas legais, como meio de garantir os direitos populares.

Outro objetivo deste trabalho foi demonstrar que o empobrecimento político provoca dificuldades para encontrar respostas e solução em relação aos desafios da Segurança Pública. Partindo deste pressuposto, utilizamos o autor Campos (2005), ele afirma que nos dias de hoje vemos as pessoas cada vez mais conectadas e principalmente informadas, seja por meio da TV, do rádio, da internet dos celulares ou dos computadores, nós estamos conectados a uma rede de conteúdos diariamente. Mesmo com toda esta informação muitas pessoas ainda ignoram ou fingem ignorar a política, seus objetivos não são compartilhados entre uma grande parcela da sociedade, que permanecem estagnados participando muitas das vezes de forma obrigatória no período eleitoral. O meio político tem a cada dia perdendo espaço na vida do cidadão o descrédito com a política tem aumentado, levando a despolitização do cidadão.

Os noticiários reforçam o preconceito em relação à política como caminho da corrupção e da criminalidade. Seus representantes demonstram a partir de seus atos, que a política é um meio de favorecimento próprio e que seu cargo, é uma forma de legitimar o poder e a desigualdade, o seu mandato será exercido em benefício próprio. Mas de forma romântica, o autor defende a política e os políticos, buscando não generalizar a todos. Mas o problema maior descrito por ele é o impedimento do processo de conscientização e democratização política. Isto gera como consequência a falta de interesse e de envolvimento da população na política, a falta de comprometimento com os problemas coletivos, com o bem de todos, tornado as relações sociais frágeis. Ocorre o que o autor define como, a despolitização social. Algo que ameaça a vida em sociedade, gerando uma grave crise nas instituições políticas, gerando como consequência vários problemas na Ordem da Segurança Pública e para a democracia.

Pelos maus exemplos dados por partidos e governantes ela passa a ser percebida como mera politicagem, daí o repúdio e o descrédito projetado sobre o campo político. Este contexto contribui para fragmentação da democracia brasileira, gerando o que vemos hoje uma crise nas instituições políticas. Esta crise que se arrasta de governo em governo e que parece não encontrar solução, tem refletido diretamente em vários setores, desde a economia até as instituições judiciárias, que se tornaram a “*última*

ratio” na busca da solução para este problema. Assim, é possível verificar uma crise de legitimidade em relação não só aos governos, mas de todo o Estado.

A despolitização das relações sociais tem contribuído para o aumento dos problemas da segurança pública. O esvaziamento da política gera o afastamento da população nas decisões em relação à ordem pública, se omitindo na busca pela solução dos problemas que a segurança pública brasileira enfrenta. A busca por soluções individualistas ameniza em algumas circunstâncias problemas pontuais, gerando uma falsa sensação de segurança, porém isto não é a solução para o problema. A Insegurança Pública é um problema de todos e que deve ser solucionado de forma coletiva, a política se torna a ferramenta para alcançar este objetivo.

Como resultado de tudo que foi levantado ao longo desta pesquisa percebemos que é por meio da política que os desafios da Segurança Pública serão solucionados, e principalmente por meio da participação popular seja de forma direta ou indireta.

As respostas para os problemas que afetam a segurança pública precisam ser encontradas conforme a natureza desses desafios. Problemas coletivos devem ser politicamente tratados e isso envolve especialmente no Regime Democrático a efetiva participação popular. Ela é imprescindível para a reconstrução da autoridade ou da legitimidade do Estado. Esse envolvimento dentro da sociedade é pressuposto fundamental, para a cidadania, o engajamento no mundo político e o direito a segurança

é a base para um Estado democrático. Deste modo procuramos demonstrar que sem o envolvimento e o comprometimento dos cidadãos no que se refere aos problemas da segurança pública, por meio da participação política, dificilmente encontraremos às soluções para insegurança pública.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O afastamento das pessoas da política como uma atividade e o esvaziamento da cidadania como exercício permanente de conhecimento e mobilização de esforços não representam uma realidade exclusiva de um período histórico marcado pelo autoritarismo, censura e pela violência de Estado. Mesmo quando se trata de períodos democráticos, com assegurada garantia jurídica de liberdade ideológica, a apatia política pode se fazer presente. Entre os fatores contemporâneos que colaboram para essa situação, pode ser indicada a presença de preconceitos contra a política. Um reforço à atual apoliticidade e a desvalorização social dos partidos políticos e associação mecânica e preconceituosa entre política e politicagem.

A produção intelectual de Bittar (2007) sobre política revela as desconfianças e o pessimismo diante do universo político e seus múltiplos componentes. As pessoas vivem em um período de descredito político, que leva ao

afastamento social da política e como consequência o egoísmo em relação aos problemas coletivos, o bem-estar social deixa de ser pensado de forma coletiva, e o que prevalece são as ambições individuais.

Pode-se perceber a existência de um processo intencional de empobrecimento político. O conceito de pobreza política utilizado por Demo (2002) se manifesta na incapacidade das pessoas de perceber como elas são submetidas ao interesse da despolitização. A ignorância, especialmente a política, é cultivada e reproduzida no e pelo sistema e, assim mantida estrategicamente. O que se pretendeu demonstrar neste trabalho foi às consequências da despolitização para Segurança Pública.

Para solucionar o problema do afastamento do cidadão e incentivar a participação popular, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, como órgão integrante da estrutura do Poder Público, vem aperfeiçoando os mecanismos de formação, debate e reflexão sobre os desafios que envolvem a segurança, abrindo espaço para o debate junto a sociedade. A Polícia Militar do Estado de Goiás é instituição solidariamente responsável pela Segurança Pública e democraticamente cria espaços e oportunidades para ouvir e debater os problemas cotidianos que atingem a população goiana seja por meio das visitas solidárias do Policiamento Comunitário, que aproxima o Policial a comunidade e seus problemas, ou por meio do PROERD que leva orientação e troca conhecimento nas escolas Municipais e Estaduais, ampliando o

contato com a comunidade, ou por meio dos canais de comunicação, que hoje informa e ouve a população. Porém existe um longo caminho a ser percorrido em relação à democratização da Segurança Pública, e com certeza o primeiro passo está na participação cidadã na política.

O que até aqui se afirmou não pode traduzir um sentimento fatalista e de descrença na possibilidade de formular iniciativas coletivas, capazes de construir verdadeiramente um compromisso com a cidadania e com a transformação social. Acredita-se que as mudanças são viáveis e particularmente promovidas pela ação política dos mais ousados, corajosos e não alienados. O estudo das contribuições dos vários ramos de pesquisa sobre a política pode abrir potencialmente oportunidade para o exercício da cidadania participativa. Como passos importantes a serem dados podem ser citados: a superação dos preconceitos com a política; a ruptura com a alienação; a coragem e a responsabilidade de assumir uma ação em defesa do outro e do mundo; a luta pela preservação e conquista de novos direitos; a busca por uma sociedade mais justa, segura, solidária, com liberdade e respeito à pluralidade; e o uso consciente das novas ferramentas e espaços de argumentação e iniciativa. O conhecimento sobre o conceito e sentido da política pode contribuir com a construção dessas expectativas.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: A Busca por Segurança no Mundo Actual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla e COSTA, Ivone Freire (Org). **Segurança pública no Brasil: um campo de desafios**. Salvador, EDUFBA, 2010.

BRZEZINSKI, Iria, SANTOS, Cristiano Alexandre dos. **Sentido e significados da política: ação e liberdade**. Brasília, Liber Livro, 2015.

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de Filosofia Política**. São Paulo, Atlas, 2007.

CAMPOS, F. Itami. **Ciência Política: Introdução à Teoria do Estado**. Goiânia, Vieira, 2005.

DEMO, PEDRO. **Politicidade: Razão Humana, Campinas**. SP, Papirus, 2002.

FERREIRA, Andrea, DEMUTTI, Carolina Medeiros e GIMENEZ Eduardo Oliveira. “**A Teoria das Necessidades de Maslow: A Influência do Nível Educacional Sobre a sua Percepção no Ambiente de Trabalho**”. Rio de Janeiro, UFRRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

Holston, James. **Cidadania insegurança: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. 1ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

JÚNIOR, Dallari Hécio de Abreu. **Teoria geral do Estado contemporâneo**. 4. ed, São Paulo, 2011.

LIMA, Renato Sérgio de. **Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil**. São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Natália de Fontoura, RIVERO, Patricia Silveira, RODRIGUES, Rute Imanishi. **Segurança Pública na Constituição Federal de 1988: continuidades e perspectivas**. n.17, vol.03, 2009, pg. 135, <repositorio.ipea.gov.br/bitstream>, Acesso em 25 ago, 2018.

SANTOS, Cristiano Alexandre dos. **A Dimensão Política no (a) Professor (a) da Licenciatura em História das UnUS de Goiás e Morrinhos da UEG (1999-2010)**.